



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PERNAMBUCO - CRM-PE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE VISTORIA 1191/2025 - Nº 1

Razão Social: RENOVAR CLINICA MEDICA E SERVICOS DE APOIO A DIAGNOSTICOS TERAPEUTICOS LTDA

Nome Fantasia: RENOVAR

CNPJ: 31.204.161/0001.20

Endereço: AV RUI BARBOSA, N 715

Bairro: GRACAS

Cidade: Recife - PE

CEP: 52011-040

E-mail: magalixmag1985@gmail.com;magali.mag28@hotmail.com

Diretor(a) Técnico(a): Dr(a). CRM-PE:

Sede Administrativa: Não

Origem: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Fato Gerador: OUTRO

Fiscalização Presencial / Fiscalização Não Presencial: Fiscalização Presencial

Data da Fiscalização: 10/09/2025 - 09:00 às 10/09/2025 - 10:30

Equipe de Fiscalização: Dr(a). ÍSIS CARLA DE LIMA PEREIRA CRM-PE 26877

Acompanhante(s)/Informante(s) da instituição: Magali Araujo Andrade Reis CREFITO 385473-F

Cargos: Proprietária e responsável técnica

Ano: 2025

Processo de Origem: 1191/2025/PE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Vistoria de fiscalização realizada sem comunicação prévia do Cremepe ao estabelecimento fiscalizado. A médica fiscal Dra. Ísis Carla de Lima Pereira, esteve presente ao estabelecimento em tela, em conjunto com Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA), Agência Municipal de Vigilância Sanitária do Recife, Conselhos de outras classes profissionais (CRO e CRF) e Polícia Civil, compondo ação coordenada pelo Centro de



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 09/10/2025 às 08:05

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 1191/2025 e código verificador abaixo do QR CODE



Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Saúde (CAO Saúde).

Chegando ao local, a equipe foi recebida pela Sra. Magali Araujo Andrade Reis (CREFITO 385473-F), proprietária e responsável técnica. Informada a inexistência de médico formalizado como responsável técnico.

Importante considerar o Decreto n.º 20.931, de 11 de janeiro de 1932, Art. 28: "Nenhum estabelecimento de hospitalização ou de assistência médica, pública ou privada, poderá funcionar, em qualquer ponto do território nacional, sem ter um diretor técnico e principal responsável, habilitado para o exercício da medicina nos termos do regulamento sanitário federal."

Trata-se de clínica que conta com a atuação de um profissional médico, responsável por atendimentos ambulatoriais, bem como com a presença de profissionais das áreas de Enfermagem e Fisioterapia. Ressalta-se, entretanto, que o estabelecimento em questão não possui registro ativo junto ao Conselho Regional de Medicina (CREMEPE).

De acordo com as informações obtidas no local, constam entre os atendimentos e procedimentos ofertados pela clínica:

- Prescrição e administração de protocolos contendo substâncias/medicamentos por via injetável;
- Tratamentos com ozonioterapia, nas formas tópica e retal;
- Procedimentos estéticos, tais como microagulhamento, limpeza de pele e "peeling" de diamante.

2. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL

2.1 Sinalização de acessos: Não

2.2 Ambiente com conforto térmico: Sim

2.3 Ambiente com conforto acústico: Sim

2.4 Instalações livres de trincas, rachaduras, mofo e/ou infiltrações: Sim

2.5 Instalações com acessibilidade para portadores de necessidades especiais – PNE: Não

2.6 Sanitários para pacientes: Sim

2.7 Sanitários acessíveis/adaptados para portadores de necessidades especiais – PNE: Não

3. CONVÊNIOS E ATENDIMENTO

3.1 Convênios e atendimento: Particular

3.2 Plantão presencial: Não

3.3 Plantão em regime de sobreaviso: Não

4. DADOS CADASTRAIS

4.1 Inscrito junto ao CRM da jurisdição: Não

4.2 Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ: Sim

4.3 Número de cadastro: 31.204.161/0001-20

4.4 Alvará de Prevenção e Combate a Incêndios – Bombeiros: Sim

4.5 Disponível durante a Fiscalização: Sim

4.6 Válido: Sim

4.7 Data de validade: 08/02/2027

4.8 Estabelecimento privado: Sim



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



4.9 Há Alvará Sanitário expedido pela autoridade sanitária competente: **Não**

5. PRONTUÁRIO (GERAL)

5.1 Prontuário físico / papel: Sim

5.2 Arquivo comum: Sim

5.3 Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME: Não

5.4 O local de guarda garante a preservação do sigilo: **Não**

5.5 Prontuário eletrônico: Não

6. RESPONSABILIDADE TÉCNICA MÉDICA / DIREÇÃO TÉCNICA MÉDICA

6.1 A responsabilidade técnica é exercida presencialmente: **Não**

6.2 Nos impedimentos do diretor técnico, há formalização da designação de substituto: **Não**

7. CONSULTÓRIO INDIFERENCIADO - GRUPO 1

7.1 Há garantias de privacidade para o paciente: Sim

7.2 Há garantias de confidencialidade do ato médico: Sim

7.3 Os exames físicos são acompanhados por auxiliar de sala: Não

7.4 2 cadeiras ou poltronas - uma para o paciente e outra para o acompanhante: Sim

7.5 1 cadeira ou poltrona para o médico: Sim

7.6 1 mesa / birô: Sim

7.7 1 maca acolchoada simples, revestida com material impermeável: Sim

7.8 1 biombo ou outro meio de divisória: Não

7.9 1 escada de 2 ou 3 degraus para acesso dos pacientes à maca: Sim

7.10 1 pia ou lavabo: Não

7.11 Toalhas de papel: Não

7.12 Sabonete líquido para a higiene: Não

7.13 Lixeiras com pedal: Sim

7.14 1 balança antropométrica adequada à faixa etária: Sim

8. PRÁTICAS VEDADAS – CLÍNICA MÉDICA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL - INTERAÇÃO COM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE ESTÉTICA

8.1 É respeitada a vedação à interação da clínica médica de atendimento ambulatorial com estabelecimentos comerciais de estética e beleza: Não

9. CORPO CLÍNICO

CRM	NOME	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
12404-PE	ALEXANDRE HENRIQUE FERNANDES REIS (ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA (Registro: 16876), ANESTESIOLOGIA (Registro: 10210))	Regular	



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



10. CONSTATAÇÕES

10.1 O estabelecimento fiscalizado apresenta estrutura física composta por recepção, uma sala destinada a atendimentos médicos e dois ambientes voltados à realização de procedimentos. Em um desses ambientes, observa-se a presença de banheiro, cuja utilização, segundo informado, se destina à aplicação de ozonioterapia por via retal.

10.2 Conforme relatado, a clínica oferece tratamentos com ozonioterapia, os quais são prescritos pelo profissional médico atuante e aplicados por profissional da área de Fisioterapia, por meio das vias tópica e retal.

10.3 Destaca-se a necessidade de observância à Lei nº 14.648, de 4 de agosto de 2023, a qual autoriza a ozonioterapia como procedimento de caráter complementar, desde que observados os seguintes critérios:

- A aplicação deve ser realizada por profissional de saúde com formação de nível superior, devidamente inscrito em seu respectivo conselho de fiscalização profissional;
- O procedimento deve ser executado mediante o uso de equipamento apropriado para a produção de ozônio medicinal, devidamente regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- O caráter complementar da ozonioterapia deve ser expressamente informado ao paciente.

10.4 Cumpre mencionar a Resolução CFM nº 2.445, de 21 de agosto de 2025, que regulamenta o uso da ozonioterapia exclusivamente como procedimento médico adjuvante para o tratamento de condições clínicas determinadas:

- Tratamento de feridas, sendo autorizada somente por via tópica;
- Tratamento de dor musculoesquelética, sendo autorizadas vias específicas de aplicação (injeção intra-articular, paravertebral ou intradiscal), sob condições técnicas previamente definidas.

10.5 Durante a inspeção das salas de atendimento/procedimentos, foram identificados anestésicos locais.

Faz-se necessária especial atenção à Resolução CFM nº 2.056/2013, que classifica como pertencentes ao Grupo 3 os: “Consultórios ou serviços com procedimentos invasivos de riscos de anafilaxias, insuficiência respiratória e cardiovascular, inclusive aqueles **com anestesia local** sem sedação ou consultórios ou serviços onde se aplicam procedimentos para sedação leve e moderada.”

10.6 Nessa linha, a Resolução CFM nº 2.153/2016, que atualiza o Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina, estabelece que:

“Para o Grupo 3, a determinação é evitar as idiosincrasias relacionadas a reações anafiláticas. Além da estrutura básica para a propedêutica, serão exigidos os insumos e equipamentos para a terapêutica e tratamento das reações anafiláticas e aqueles de segurança para a intervenção de socorro imediato a complicações decorrentes da intervenção terapêutica.”

10.7 Verificou-se, que, a despeito da presença de anestésicos locais, o estabelecimento não dispunha do conjunto mínimo de equipamentos necessários para o manejo inicial de eventos adversos graves. Dentre os itens ausentes, destacam-se:

- Cânulas nasofaríngeas e orofaríngeas;
- Máscaras laríngeas supraglóticas;
- Desfibrilador externo automático (DEA) ou manual.

10.8 Foram encontrados diversos frascos contendo substâncias líquidas sem identificação quanto ao nome, concentração, data de preparo e/ou validade, em desacordo com as normas sanitárias vigentes. Além disso, foram verificados medicamentos com prazo de validade expirado.

Cumpre destacar que, na data da vistoria, o estabelecimento foi submetido à interdição sanitária, medida aplicada pela Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA) e pela vigilância sanitária municipal, em decorrência das irregularidades constatadas.



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



10.9 Identificada em prontuário prescrição médica contendo a indicação de múltiplos protocolos terapêuticos injetáveis, tanto por via endovenosa quanto intramuscular, compostos por associações de vitaminas, aminoácidos, oligoelementos e outras substâncias.

11. RECOMENDAÇÕES

11.1 CONSULTÓRIO INDIFERENCIADO - GRUPO 1:

11.1.1. **Os exames físicos são acompanhados por auxiliar de sala:** Item recomendatório conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

11.2 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL:

11.2.1. **Sinalização de acessos:** Item recomendatório conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 7º Inciso II alínea “b”

12. IRREGULARIDADES

12.1 PRÁTICAS VEDADAS – CLÍNICA MÉDICA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL - INTERAÇÃO COM ESTABELECIMENTO COMERCIAL DE ESTÉTICA:

12.1.1. **É respeitada a vedação à interação da clínica médica de atendimento ambulatorial com estabelecimentos comerciais de estética e beleza. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.170/2017: Artigo 3º. Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I e Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 Anexo Artigo 2º Parágrafo Terceiro Inciso I. Normativa relacionadas: Lei Nº 3.268, de 30 de setembro de 1957. Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013: Artigo 7º

12.2 RESPONSABILIDADE TÉCNICA MÉDICA / DIREÇÃO TÉCNICA MÉDICA:

12.2.1. **Nos impedimentos do diretor técnico, há formalização da designação de substituto. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo: Artigo 2º Parágrafo Segundo. Artigo 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 14

12.2.2. **A responsabilidade técnica é exercida presencialmente. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo Artigo 11. Artigo 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018

12.3 PRONTUÁRIO (GERAL):

12.3.1. **O local de guarda garante a preservação do sigilo. Não.** Item não conforme Artigos 17, 18, 19, 21 e 85 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 1.638/2002: Artigo 1º. Resolução CFM nº 2.147/2016 - Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativa relacionada: RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 24 Parágrafo Primeiro e Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 6º Inciso II

12.4 DADOS CADASTRAIS:

12.4.1. **Há Alvará Sanitário expedido pela autoridade sanitária competente. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 64 e Anexo Manual de Vistoria e



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 09/10/2025 às 08:05

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 1191/2025 e código verificador abaixo do QR CODE



Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2016). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Normativas relacionadas: Lei Nº 6.437, de 20 de agosto de 1977: Artigo 10 Parágrafo Único. RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 10 Parágrafo Único

12.4.2. Inscrito junto ao CRM da jurisdição. Não. Item não conforme Artigos 17, 19 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 997/1980. Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 2º. Normativa relacionada: Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980: Artigo 1º

12.4.3. Estabelecimento inscrito junto ao CRM. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Item não conforme Resolução CFM nº 997/1980. Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 2º.

12.4.4. Médico formalizado na função de diretor/responsável técnico. Não. Item não conforme Artigos 17, 18 e 21 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 e Anexo. Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 e Anexo. Normativa relacionada: Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932: Artigo 28.

12.5 CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DO AMBIENTE FÍSICO - GERAL:

12.5.1. Sanitários acessíveis/adaptados para portadores de necessidades especiais – PNE. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17 e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013) e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

12.5.2. Instalações com acessibilidade para portadores de necessidades especiais – PNE. Não. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018 e Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018. Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013). Item não conforme Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17 e Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo Manual de Vistoria e Fiscalização da Medicina no Brasil (atualizado/modificado pela Resolução CFM nº 2.153/2013) e Resolução CFM nº 2.147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Normativas relacionadas: Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde – PRC/MS Nº 1, de 28 de setembro de 2017: Artigo 5º e RDC Anvisa nº 63, de 25 de novembro de 2011: Artigo 17

12.6 NOTIFICAÇÃO IMEDIATA:

12.6.1. Estabelecimento inscrito junto ao Conselho Regional de Medicina. Não. Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “e”

12.6.2. Há Diretor Técnico Médico formalizado junto ao Conselho Regional de Medicina. Não. Irregularidade elegível para notificação imediata, conforme Resolução CFM nº 2.056/2013 – Anexo I: Artigo 5º Parágrafo Segundo Inciso I alínea “e”

12.7 CONSULTÓRIO INDIFERENCIADO - GRUPO 1:

12.7.1. Sabonete líquido para a higiene. Não. Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

12.7.2. Toalhas de papel. Não. Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



12.7.3. **1 pia ou lavabo. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

12.7.4. **1 biombo ou outro meio de divisória. Não.** Item não conforme Resolução CFM Nº 2056/2013

12.8 INFORMAÇÕES CADASTRAIS / CORPO CLÍNICO:

12.8.1. **O Corpo Clínico constatado durante a vistoria está atualizado junto ao CRM. Não.** Item não conforme Resolução CFM nº 1.980/2011 – Anexo: Artigo 7º. Item não conforme Resolução CFM Nº 2147/2016 – Anexo: Artigo 2º Parágrafo Terceiro Incisos I e X. Item não conforme Artigos 17 e 18 do Código de Ética Médica, aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatiza-se o Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932, artigo 28, o qual determina que nenhum estabelecimento destinado à assistência médica poderá funcionar sem estar sob responsabilidade técnica de profissional médico habilitado e devidamente registrado junto ao órgão competente.

O presente relatório foi elaborado com base em vistoria conjunta, sendo recomendável a consulta aos demais relatórios técnicos emitidos pelos órgãos fiscalizatórios participantes.

Cumprir destacar que, na data da vistoria, o estabelecimento foi submetido à interdição sanitária, medida aplicada pela Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA) e pela vigilância sanitária municipal, em decorrência das irregularidades constatadas.

Acesse o Espaço do Fiscalizado por meio do link: <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/espaco-fiscalizado/#/>

Recife - PE, 10 de Setembro de 2025.

☺

Dr(a). ÍSIS CARLA DE LIMA PEREIRA

CRM - PE - 26877

Médico(a) Fiscal

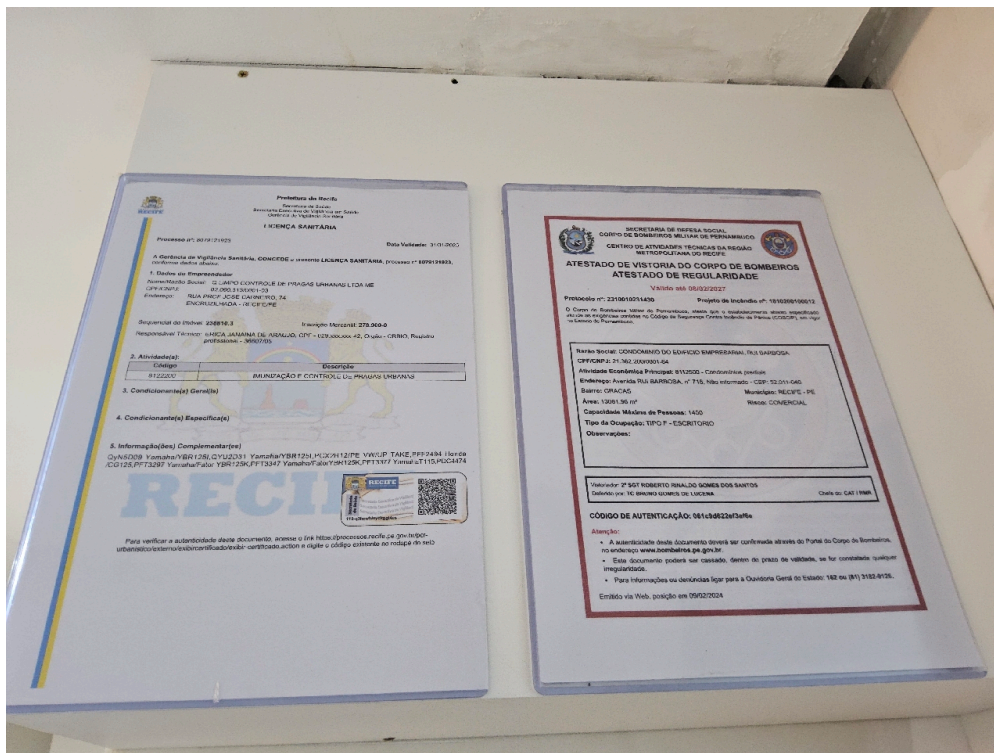
14. ANEXOS



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE





DADOS CADASTRAIS - Alvará de Prevenção e Combate a Incêndios – Bombeiros

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.204.161/0001-20 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 14/08/2018			
NOME EMPRESARIAL RENOVAR CLÍNICA MÉDICA E SERVIÇOS DE APOIO A DIAGNÓSTICOS TERAPÊUTICOS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RENOVAR			FORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV RUI BARBOSA	NÚMERO 715	COMPLEMENTO SALA 607 EDF EMP RUI BARBOSA	
CEP 52.011-040	BAIRRO/DISTRITO GRACAS	MUNICÍPIO RECIFE	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO MAGALLMAG28@HOTMAIL.COM		TELEFONE (81) 9953-5634	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/08/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

DADOS CADASTRAIS - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



qzs3ReDw



DADOS CADASTRAIS - Registro Fotográfico da Fachada



PRONTUÁRIO (GERAL) - O local de guarda garante a preservação do sigilo



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE





Imagem da 8ª constatação.



Imagem da 8ª constatação.

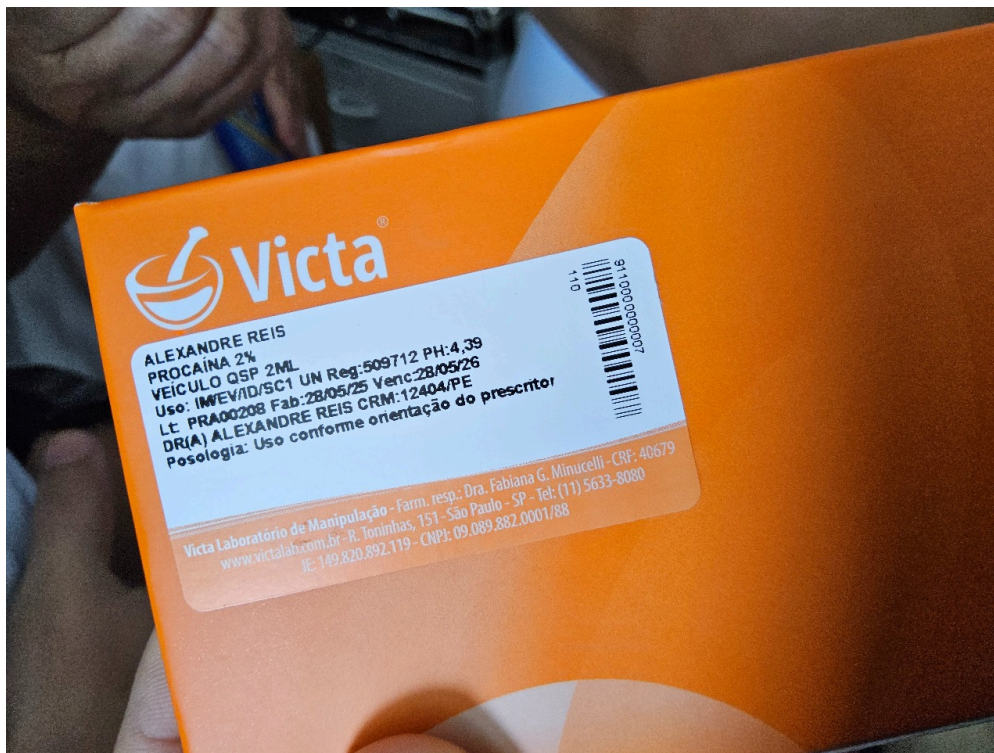


Imagem da 5ª constatação. (2)



Imagem da 5ª constatação. (2)





Imagem da 5ª constatação. (2)

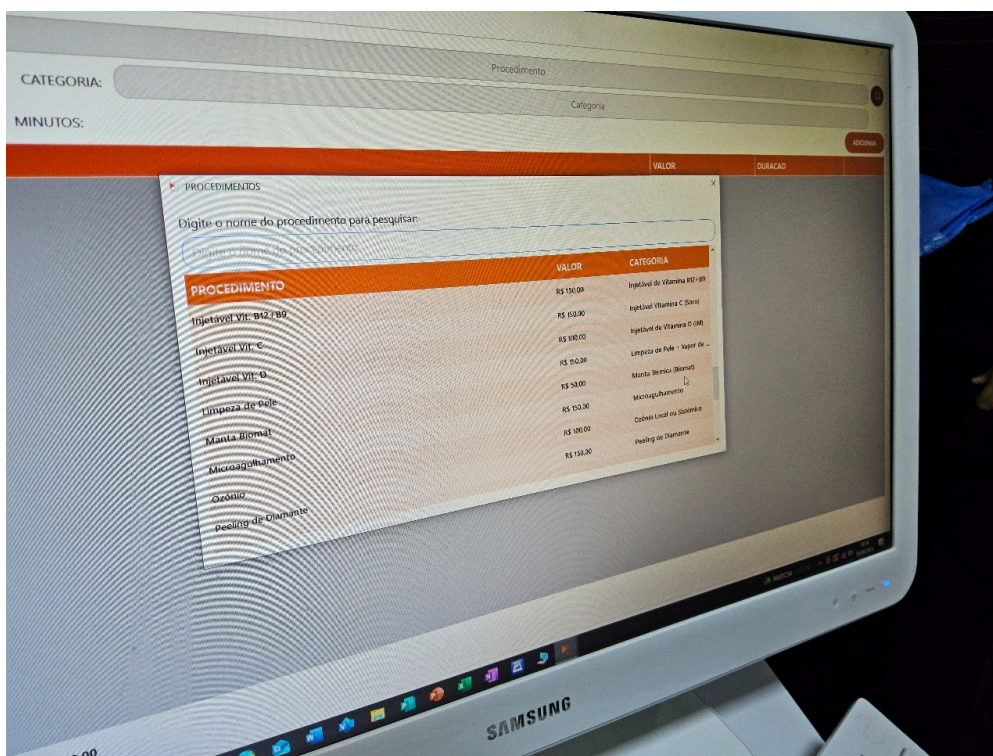


Imagem da 2ª constatação. (3)





Imagem da 2ª constatação. (3)

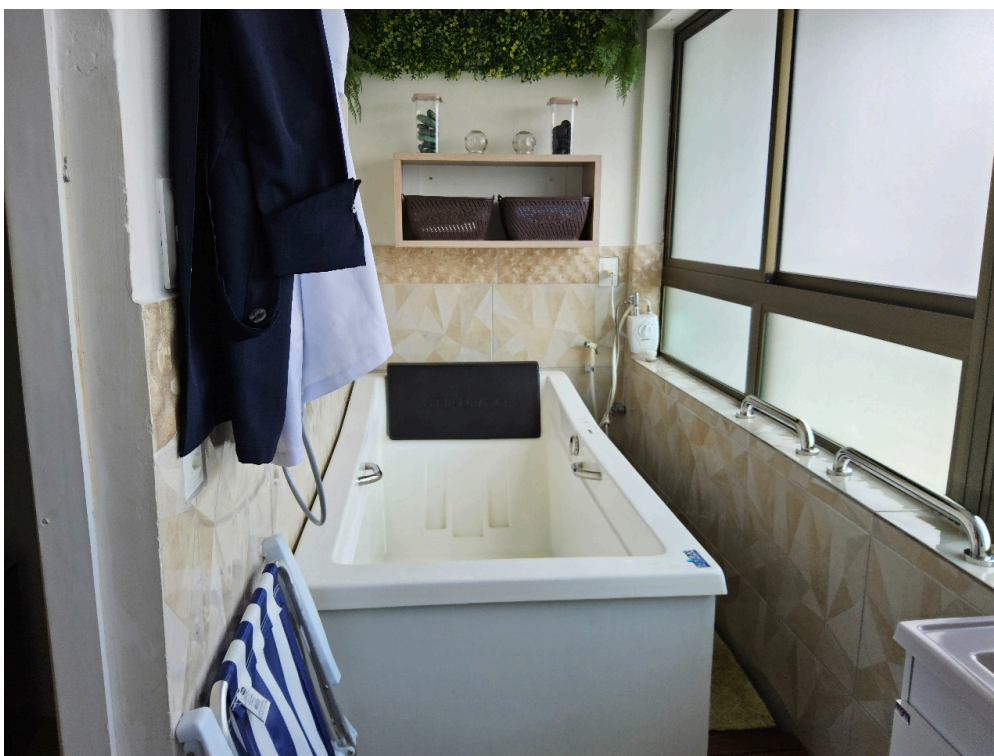


Imagem da 2ª constatação. (3)



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: 76704394400 em 09/10/2025 às 08:05

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crmvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda 1191/2025 e código verificador abaixo do QR CODE



PROTOCOLO 01 : ENDOVENOSO

1-ACIDO ALFA LIPOICO 600 MG/30 ML - 01 FR ----- 10 FRASCOS

AVIAR PARA APLICACAO 1 X POR SEMANA POR 10 SEMANAS

PROTOCOLO 02 : ENDOVENOSO

1-VITAMINA B3 30 MG/2 ML- 03 AMPOLAS ----- 30 AMPOLAS

2-ACETIL L-CARNITINA 600MG/1 ML - 01 AMPOLA ----- 10 AMPOLAS

3-MAGNESIO 400MG/1 ML(40%) - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

4-VITAMINA B2 50 MG/5 ML-01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

5-VITAMINA B6 100 MG/5 ML-01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

6-METILFOLATO 3500MCG/1ML-01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

7-VITAMINA B12(METILCOBALAMINA)500MCG/1ML-01AMPOLA-10AMPOLAS

8-VITAMINA C 444MG/2ML - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

9-CROMO 100 MCG/2 ML - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

10-D-PANTENOL 40 MG/2 ML - 01 AMOPLA ----- 10AMPOLAS

11-L-ARGININA 1000 MG / 2 ML(50%) - 01 AMPOLA ----- 10 AMPOLAS

AVIAR PARA APLICACAO 1 X POR SEMANA POR 10 SEMANAS

PROTOCOLO 03 : INTRAMUSCULAR

1-VITAMINA B1(TIAMINA)100MG/1 ML - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

AVIAR PARA APLICACAO 1 X POR SEMANA POR 10 SEMANAS

PROTOCOLO 04: INTRAMUSCULAR

1-COENZIMA Q 10 100 MG/1 ML - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

2-PROCAINA 40 MG/2 ML - 01 AMPOLA ----- 10AMPOLAS

AVIAR PARA APLICACAO 1 X POR SEMANA POR 10 SEMANAS

Dr. Alexandre Reis
MÉDICO
24 de agosto de 2025
ENDEREÇO - AV. Rui Barbosa No 715 -SALA 607-EMPRESARIAL RUI BARBOSA

Dr. Alexandre Reis
Médico
CRM - PE 12404

Imagem da 9ª constatação. (4)

ENDEREÇO: Rua Pernambuco, 715, Sala 607, 3.º andar - Centro
CIDADE: Recife UF: PE TELEFONE: (81) 9902-6032

ESTADO CIVIL: Solteiro

1. MOTIVO DA 1ª CONSULTA

() PREVENTIVO () HÁ ALGUMA QUEIXA? QUAL?

Doença de pele há 02 anos. Gostaria de saber mais sobre a doença e como tratar.

2. DADOS PREGRESSOS:

A) SISTEMA IMUNOLÓGICO

() Citomegalovírus há	() Linfoma tipo
() Mononucleose há	() Leucemia tipo
() Herpes há	() Alergia Medicamentosa
() Hepatite	() Alergia Ambiental
() HIV há	() Alergia Alimentar
() Câncer há	() Outros

B) SISTEMA CARDIOVASCULAR

() Cardiopatia há	() Úlcera na perna há
() Coronariopatia há	() Varizes
() Infarto há	() Edema (Inchaço)
() Arritmia	() Anemia
() Dor no peito	() Formigamento nos pés/mãos
() palpitações	() Outros
() Pressão alta há	

COMENTÁRIOS: Sono 23:00 - 07:00 (1x) a noite tranquila

Imagem da 9ª constatação. (4)



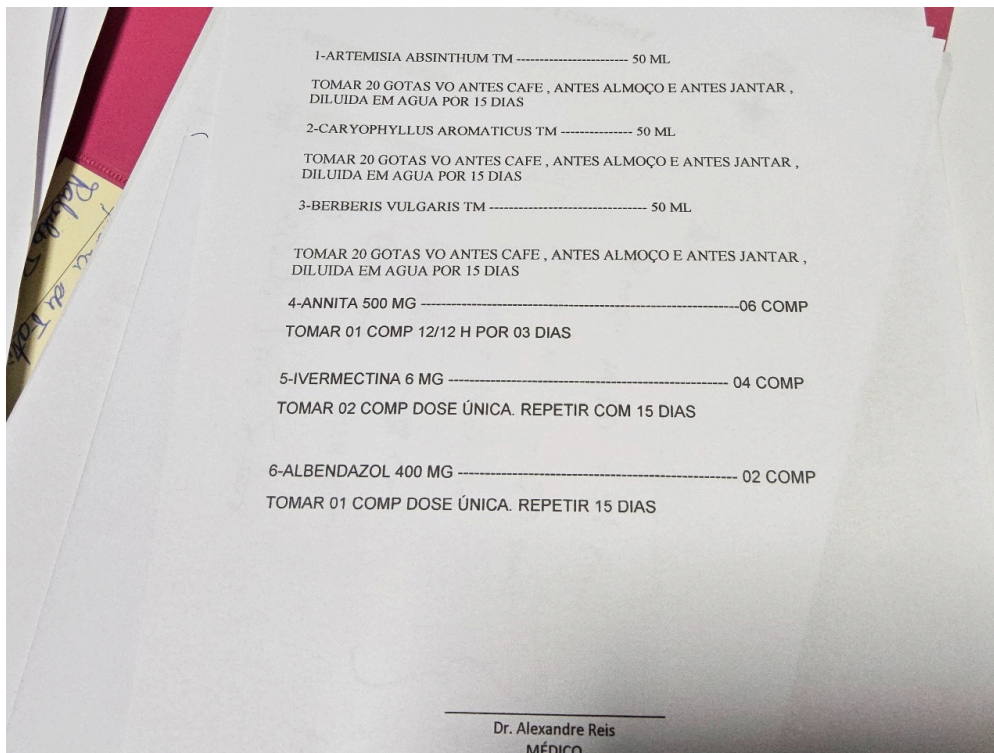


Imagem da 9ª constatação. (4)

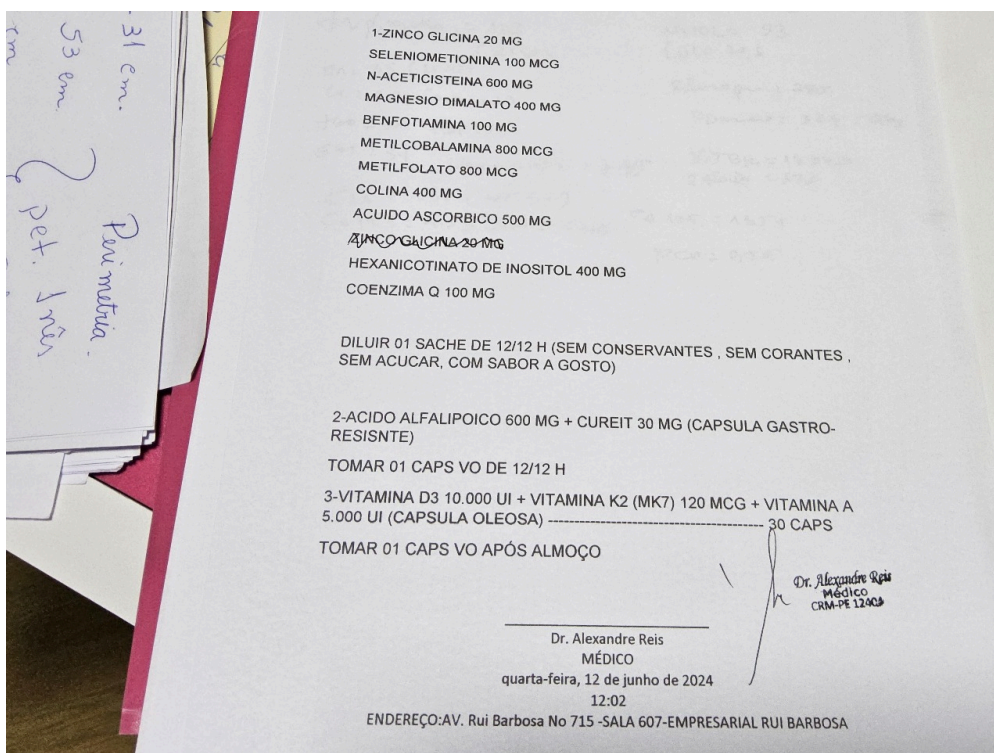


Imagem da 9ª constatação. (4)



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



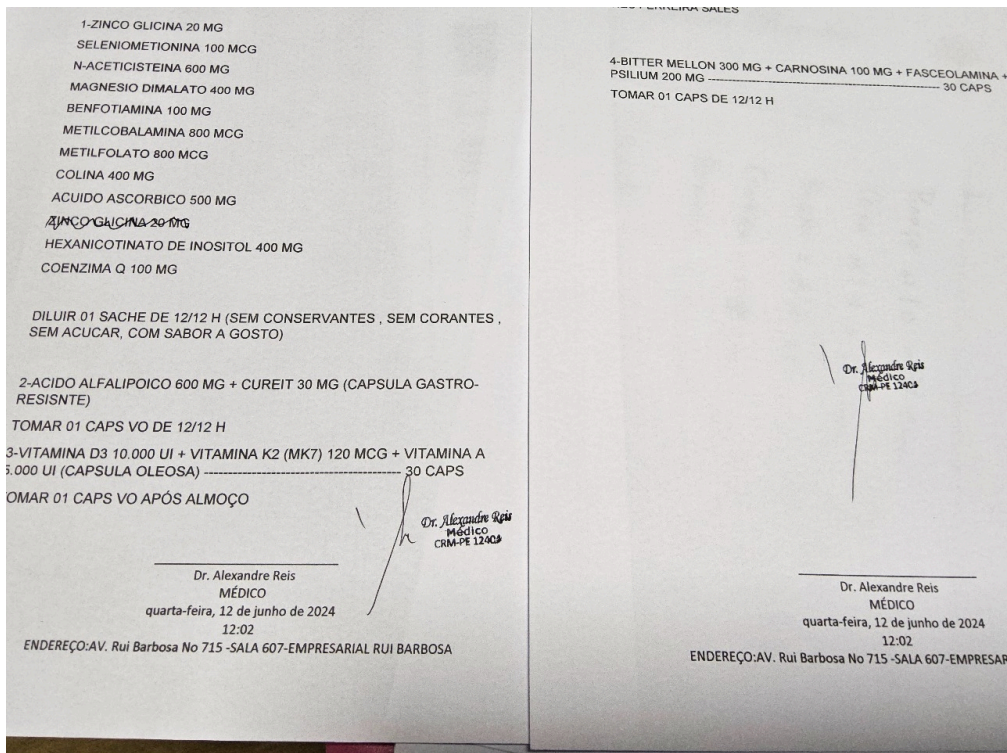


Imagem da 9ª constatação. (4)



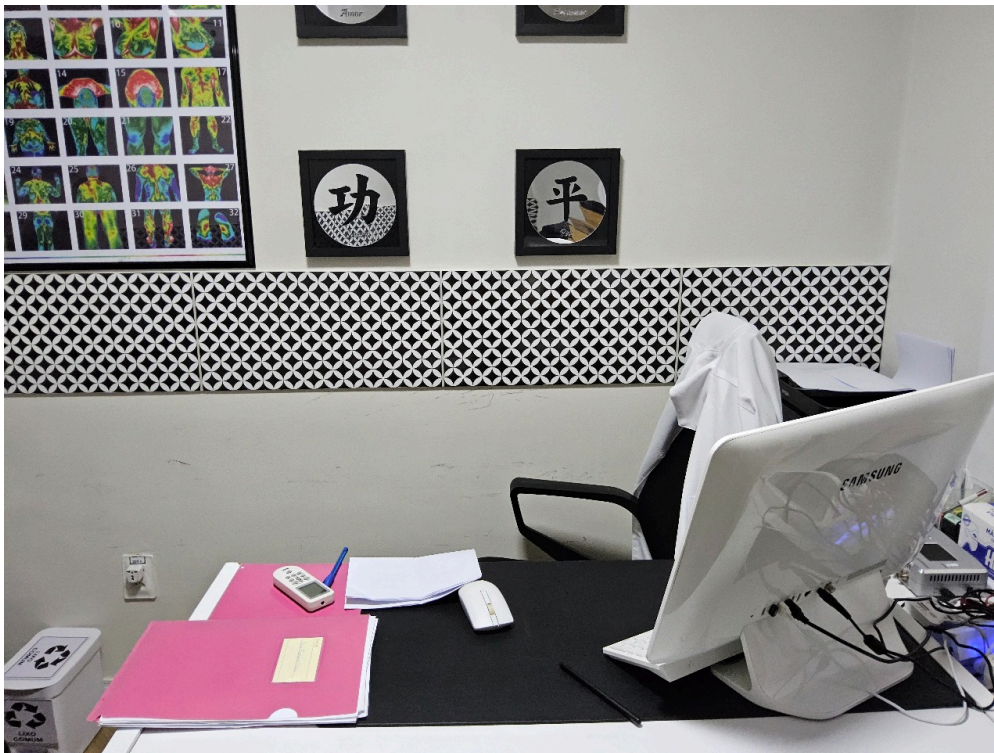
Carrinho de parada não equipado



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE





Consultório médico



Consultório médico



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e
através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando
o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE





Consultório médico



Consultório médico





Consultório médico

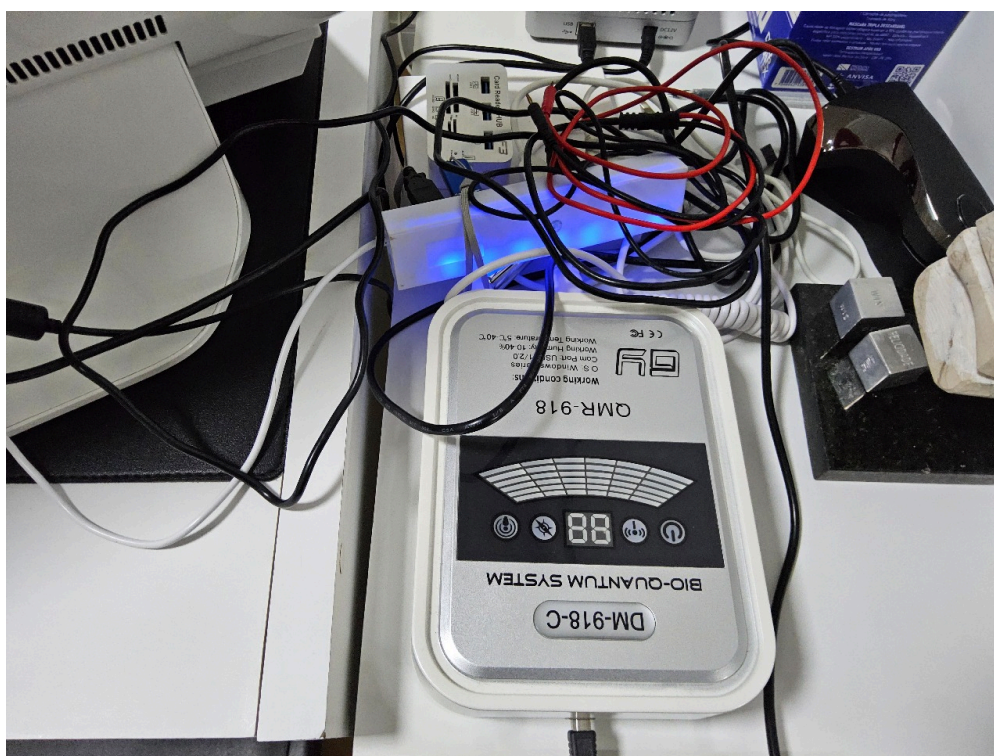


Consultório médico





Equipamentos



Equipamentos





Sala de procedimentos



Sala de procedimentos





Sala de procedimentos



Sala de procedimentos





Sala de procedimentos



Este documento foi assinado digitalmente por: **Carlos Eduardo Gouvêa da Cunha, Conselheiro(a)**
CPF: **76704394400** em **09/10/2025 às 08:05**

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do link: <https://validar.iti.gov.br/> e através do link <https://fiscalizacao.crmvirtual.cfm.org.br/crvirtualdefis/#/validador-documento> informando o número da demanda **1191/2025** e código verificador abaixo do QR CODE



qzs3ReDw